

O CONCEITO DE TRADIÇÃO

NA BIOGRAFIA DE ANTÔNIO CARLOS RIBEIRO DE ANDRADA

Danyllo Di Giorgio M. da Mota¹

Resumo: Neste trabalho buscamos analisar a presença e os sentidos da ideia de Tradição na obra biográfica *Presidente Antônio Carlos: um Andrada na República; o Arquiteto da Revolução de 30*. Político mineiro de importante atuação nos movimentos da Aliança Liberal e da Revolução de 1930, os elementos de construção de sua memória se fundamentam na afirmação da relevância das tradições às quais ele se vincula. Por meio da narrativa biográfica sobre sua ação política, estabelece-se a ligação entre passado e presente, onde Antônio Carlos representa a manutenção, em seu tempo, de valores oriundos de uma tradição familiar e política.

Palavras chave: Antônio Carlos Ribeiro de Andrada; Primeira República, Minas Gerais, Biografia, Tradição.

Abstract: *In this paper we analyze the presence of tradition idea of the way in biographical work Presidente Antônio Carlos: um Andrada na República; o arquiteto da Revolução de 30. Minas Gerais's Political important role in the movements of the Liberal Alliance and the 1930 Revolution, his memory building blocks are based on the affirmation of the importance of the traditions to which it links. Through biographical narrative of their political action, sets up the connection between past and present, where Antonio Carlos is maintaining in his time, values come from a family tradition and politics.*

Keywords: Antônio Carlos Ribeiro de Andrada; First Republic, Minas Gerais, Biography, Tradition.

Introdução:

Um tema recorrente na historiografia sobre a Primeira República é a construção de diferentes memórias sobre os processos marcantes da passagem das décadas de 1920 a 1930. Essa disputa em torno da memória de eventos como a organização da Aliança Liberal e os desdobramentos da Revolução de 1930 é um dos elementos fundamentais na construção dos inúmeros textos biográficos e memorialísticos produzidos sobre os atores políticos deste período. Muitos destes textos buscam estabelecer contrapontos às leituras que se consagraram na memória histórica e, particularmente, na historiografia como discurso dominante. Neste sentido, buscamos por meio da obra biográfica de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada², um

¹ Mestre e Doutorando em História pela Universidade Federal de Goiás – UFG. Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – IFG, Campus Aparecida de Goiânia.

² Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (1870 – 1946) foi advogado e político, tendo grande destaque como Deputado Federal por Minas Gerais entre as décadas de 1910 e 1930, exerceu a Presidência da Assembléia Constituinte de 1933-1934. Também ocupou os cargos de Senador Estadual, Ministro da Fazenda e Presidente do Estado de Minas sendo um dos principais articuladores da Aliança Liberal, cujas ações levariam Getúlio Vargas ao poder por meio da Revolução de 1930. Sua biografia também é marcada por sua ligação familiar com José Bonifácio de Andrada e Silva, Patriarca da Independência, sendo a tradição familiar um elemento muito marcante na construção de sua memória.

dos políticos mais atuantes nestes processos, identificar os elementos de construção de uma memória pessoal analisando como a ideia de tradição se apresenta em tal narrativa.

Quando nos debruçamos sobre a produção de memória referente à Revolução de 1930 percebemos o quanto a herança varguista conquistou a hegemonia como memória histórica (SANDES, 2008: 136). Personagens como Antônio Carlos, a despeito de sua importância no processo revolucionário, foram paulatinamente relegados a segundo plano. Por vezes são identificados como herdeiros de uma tradição ultrapassada, atrasada, velha, tal como os construtores da memória varguistas classificavam o período que passou a ser chamado de “República Velha”. Homens como Antônio Carlos tornaram-se símbolo dessas práticas “antigas”, ainda que estivessem fortemente ligados aos processos políticos considerados “novos”.

Em certa medida este distanciamento ocorre pela concentração das narrativas sobre as realizações do período pós-1930 na figura do próprio Getúlio Vargas. O que chama a atenção é que esta concentração da memória em torno da figura de Vargas provocou o apagamento progressivo de outros artífices da Revolução. Talvez não totalmente intencional - apesar de haver um forte trabalho intelectual a serviço do Governo Varguista que aponta claramente para essa valorização da imagem do Presidente. O fato é que este apagamento se transferiu também da memória para a História, o que nos permite dizer que há um apagamento ou um silenciamento desses personagens na Cultura Histórica.

No entanto, essa memória não desaparece por completo. Ela sobrevive nos reduzidos ouvintes de um discurso que não se tornou hegemônico e que, por vezes, contradiz as narrativas consagradas por outras memórias e pela historiografia. Essa sobrevivência tornou possível a busca por uma re colocação deste personagem em lugar de maior centralidade na cultura histórica. Essa busca por um novo lugar na memória histórica é a força motriz de grande parte das produções biográficas sobre os personagens políticos que atuaram neste período.

A obra que analisamos é a biografia *Presidente Antônio Carlos: um Andrada na República; o arquiteto da Revolução de 30* (1998), de Ligia Maria Pereira e Maria Auxiliadora de Faria. Apontamos como elemento fundamental de sua produção a busca por este lugar de centralidade para Antônio Carlos na memória sobre os fatos políticos que vivenciou ao longo dos seus quarenta anos de carreira política. Neste sentido é importante destacar a iniciativa da produção, encomendada pela instituição mantenedora da Universidade Presidente Antônio Carlos, pertencente à família Andrada. A iniciativa familiar de reconstrução da memória também se encontra nos inúmeros depoimentos de parentes do

biografado que contribuíram para a produção do texto (PEREIRA e FARIA, 1998: XI). De forma semelhante, o Simpósio realizado pela Câmara dos Deputados na Semana Comemorativa da Revolução de 1930, em outubro de 1980, contou com a participação, na organização e nos debates, de representantes da família de Antônio Carlos garantindo, como entendemos, a construção e manutenção de uma memória do biografado.

A biografia construída por Pereira e Faria (1998) é o projeto mais completo de memória sobre Antônio Carlos, mas não o único. Já durante a década de 1940 foram produzidos coletâneas de discursos do político mineiro e de artigos veiculados na imprensa que discutiam suas ações. Dentre essas obras destacam-se as que surgiram por iniciativa também da família, como a coletânea *Antônio Carlos – o Andrada da República*, compilado por Fábio Andrada, filho do político, e publicado em 1946. A luta contra o esquecimento também se expressa na publicação dos discursos de Antônio Carlos na campanha da Aliança Liberal. O livro, publicado já em 1930, traz em sua apresentação, escrita por Abílio Machado, a idéia de sua produção com o objetivo de permitir que a palavra do presidente não fosse esquecida (ANDRADA, 1930: VI). A biografia que aqui utilizamos como objeto de estudo foi produzida ao longo da década de 1980 e publicada na década de 1990. Este dado aponta tanto para as dificuldades de tal memória pessoal se estabelecer no cenário da memória histórica, dada a distância temporal em relação ao período de atuação do biografado, quanto à resistência estabelecida por essa memória contra o esquecimento.

Essa preocupação constante com a preservação da memória, com a produção de um discurso próprio, com a apresentação de uma verdade nascida de sua experiência, se relaciona ao que Noé Freire Sandes (2009: 43) chama de a “objetivação da subjetividade” e o tratamento do passado como negócio, onde se estabelece a relação entre lembrança e esquecimento na constituição de uma cultura história. A experiência da Primeira República foi relegada ao esquecimento e o passado anterior a 1930 fez-se distante. Neste sentido, Antônio Carlos também passou por um processo de esquecimento que afasta progressivamente a memória de sua atuação política no processo revolucionário de 1930 da cultura histórica que abarca este evento. Isso estabelece uma ligação de Antônio Carlos com a Primeira República, mais que com o período Vargas. Sua atuação passa a representar um tipo de ação política presa ao passado, cada vez mais remoto. Em certa medida essa visão encontra-se presente nos escritos sobre o novo papel desempenhado por Minas Gerais após a Revolução de 1930 e também caracteriza a escrita biográfica sobre Antônio Carlos que oscila entre a adaptação do político aos novos tempos e o destaque da relevância de suas origens e tradição familiar.

São essas relações entre o presente e o passado que nos conduzem à análise da ideia de Tradição presente na narrativa biográfica. Buscaremos assim definir os significados do termo tradição e identificar a qual tradição se faz referência na biografia. Para a definição do que entendemos por tradição neste trabalho recorreremos a uma breve análise da historiografia que se volta ao estudo deste tema. Em seguida, analisamos as recorrências da escrita biográfica aos elementos de tradição familiar e política para a construção da imagem de Antônio Carlos na narrativa.

II. Do conceito de tradição.

Para definir o conceito de tradição é preciso compreender seus múltiplos significados. Segundo Kalina Silva e Maciel Silva (2009: 405), o termo tradição, teve seu significado inicialmente ligado a idéias religiosas, mas posteriormente se relacionou a elementos culturais presentes nos costumes, nas Artes, nos fazeres que são herança do passado. Em sua definição mais simples, a tradição é um produto do passado que continua a ser aceito e atuante no presente. Dessa forma, a tradição tem, na perspectiva sociológica, a função de preservar, para a sociedade, costumes e práticas que já demonstraram ser eficazes no passado, encontrando-se em todos os domínios da vida social e tendo como função estabelecer a relação de continuidade com o presente. Dessa forma, ao preservar o passado e manter suas características no presente, a Tradição estabelece também as possibilidades de constituição de perspectivas de futuro (KOSELECK, 2006).

Essa ação de perspectivar o futuro confere às tradições a capacidade de evoluírem e se transformarem continuamente, de acordo com as novas necessidades de cada sociedade, funcionando inclusive para impedir que ela se dissolva (SILVA, 2009: 406). Dentro de uma perspectiva tradicional, manter vivas, no presente, as práticas e os costumes já experimentados no passado, seria uma forma de garantir a ordem futura. Segundo Dominique Wolton (*apud* SILVA, 2009: 406), nenhuma sociedade muda completamente, pois à medida que ocorrem transformações, a tradição cumpre um papel de suporte para a mudança social. Dessa forma, toda fase de transformação possui também aspectos de estabilidade.

Tal relação de estabilidade entre passado, presente e perspectivas futuras por meio da tradição, também podem ser identificadas a partir da análise da obra organizada por Eric Hobsbawn e Terence Ranger (1997). As tradições inventadas estabelecem uma continuidade artificial com o passado, pela repetição quase obrigatória de um rito ou de vários ritos

definidos como antigos, que dariam uma origem histórica a determinados valores que devem ser aceitos por todos e se opõem a costumes novos.

Na análise das tradições inventadas ligada aos rituais usados para reafirmar a legitimidade da monarquia, objeto analisado por Hobsbawm, destaca-se a importância dos aspectos de antiguidade dos rituais como forma de afirmar sua importância. Nesse sentido, a tradição também tem uma ligação muito forte com o conceito de Antiguidade, como uma “Idade de ouro” (SILVA, 2009: 407). Mesmo que muitas vezes tal antiguidade seja ilusória, os rituais sejam recentes ou aludem a uma antiguidade inventada, o que se busca é reafirmar o valor da presença desses ritos na atualidade, por trazerem consigo toda uma carga de experiência do passado. Muitas vezes recorre-se ao passado por considerar que as experiências de seus agentes sirvam como modelo para o presente, mesmo que as características e resultados dessas ações sejam uma construção discursiva que se constituiu no passado – anterior ao momento de sua utilização narrativa como portadora de sentido - ou no presente - no momento mesmo de sua construção narrativa, ainda que aludem a uma origem mais remota.

Dessa forma podemos afirmar que as tradições, inventadas ou não, são transmitidas e se consolidam por meio do ato da narração. As narrativas aludem à memória de indivíduos e grupos sociais, às quais são atribuídos novos sentidos e funções ao longo do tempo, de acordo com os valores sociais vigentes. Como destaca Jacques Le Goff, aludindo à obra de Pierre Janet (LE GOFF, 1990: 424), o ato mnemônico fundamental é o comportamento narrativo. Este é caracterizado por sua função social como comunicação, a outrem, de uma informação, na ausência do acontecimento ou do objeto que constitui o seu motivo. No processo de transmissão, construção ou invenção das tradições, estes dois elementos terão importância fundamental: narração e memória.

Discutindo os elementos presentes nos processos de construção do conhecimento e da consciência histórica, Jörn Rüsen aponta os elementos que caracterizam a competência narrativa em suas diversas formas (RÜSEN, 2010: 52). Em sua análise, a consciência histórica tem papel fundamental para a ação do indivíduo no presente, pois é ela que dá elementos para a constituição de seus valores e de seu raciocínio moral. As ações efetivas no presente são orientadas por uma mediação entre os valores, herdados ou transmitidos do passado, e as possibilidades da vida prática na realidade concreta do presente (RÜSEN, 2010: 54-55). Dessa forma as ações no presente são orientadas pela interpretação da experiência do passado que, por sua vez, é transmitida na forma de narrativas.

Essa relação entre passado e presente atribui à consciência histórica a função de orientação temporal do indivíduo, tanto na vida prática, quanto na construção de sua subjetividade (RÜSEN, 2010: 58). Por meio da narração estabelece-se um discurso que atribui sentido ao passado. Este discurso apresenta três elementos fundamentais: o conteúdo da experiência do passado ao qual ele se refere; a forma de sua construção, que confere a possibilidade de interpretação histórica no presente e; a função de orientação temporal que ele carrega ao abrir as possibilidades de projeção do futuro.

Essa relação temporal expressa na constituição da consciência histórica é construída por meio de quatro tipos de narrativas (RÜSEN, 2010: 62-69): a narrativa tradicional estabelece uma necessidade de manutenção dos valores tradicionais como uma continuidade dos modelos de vida do passado que se mantém no presente e no futuro; a narrativa exemplar estabelece regras gerais atemporais que podem ser adaptadas às situações características de cada momento histórico; a narrativa crítica nega os vínculos e obrigações com o passado por meio de uma atitude de revisão dos costumes estabelecidos e; a narrativa genética alude à perspectiva da mudança como base para a relação temporal onde, ainda que os elementos históricos sejam aceitos, as ações devem ser orientadas pelos elementos próprios do presente.

Dessa forma, a consolidação das tradições por meio das narrativas se opõe a outras formas de construção do conhecimento histórico, dada a sua perspectiva de manutenção no presente de valores identificados com a experiência do passado. Contudo, Jörn Rüsen aponta que, na construção da narrativa histórica, podem ser encontrados mais de um destes tipos de narração (RÜSEN, 2010: 71). Uma narrativa pode apresentar, por exemplo, elementos dos tipos tradicional e crítico, ou crítico e exemplar, onde um destes modelos pode ser predominante na construção do texto. O modelo proposto por Rüsen tem um objetivo metodológico que implica uma impossibilidade de enquadrar uma narrativa em apenas um dos tipos apontados pelo autor. Entendemos que tal característica também se deve às possibilidades, sempre abertas, de atribuição de novos sentidos às narrativas decorrentes da multiplicidade de interpretações que podem surgir ao longo do tempo em decorrência de novas necessidades de orientação.

Partindo desses apontamentos, sobre as idéias de tradição e narrativa, buscamos analisar a biografia de Antônio Carlos. O objetivo que nos guia em nossa análise é a identificação das formas pelas quais a origem familiar do biografado e as características de sua ação política se relacionam a um tipo de tradição colocada em evidência na construção da escrita biográfica.

III. A biografia de Antônio Carlos e os usos do conceito de Tradição.

Como vimos acima, segundo Eric Hobsbawm (2012: 10) o aspecto mais marcante do conceito de Tradição é sua característica de invariabilidade, onde um conjunto de práticas fixas estabelecem, no presente, um referência obrigatória a um passado, real ou imaginado. Nessa perspectiva, valores defendidos e exercidos pelos antepassados se manteriam presentes por meio da ação de um indivíduo. Seguindo essa relação, estabelecida pela manutenção de valores tradicionais, encontramos a primeira característica da ideia de tradição presente na biografia de Antônio Carlos. A alusão às ações de seus antepassados na política nacional, como as referências à José Bonifácio³ (PEREIRA e FARIA, 1998: 2-4), buscam estabelecer uma relação de continuidade entre passado e presente. A importância atribuída aos atos do passado revestem de relevância as ações políticas do presente, pois trazem consigo todo o peso de uma tradição política familiar pautada na luta pelos interesses coletivos da nacionalidade. Constrói-se um discurso sobre a tradição política da família Andrada onde o passado se faz presente na atuação de Antônio Carlos no processo da Revolução de 1930.

O destaque para as referências à tradição familiar dos Andradas também são construídas pelo biografado no embate com o Presidente Washington Luís e ganham destaque na escrita biográfica. As autoras apontam a disposição de Antônio Carlos de “varrer a poeira do brasão dos Andradas” (PEREIRA e FARIA: 1998: 347), atuando no presente de acordo com a experiência registrada no passado por seus familiares. A referência ao brasão da família traz consigo a identificação da distinção social dos Andradas, e de seu representante no presente, por meio de símbolos que conferem tal identidade.

Estes recursos simbólicos também podem ser identificados na repetição dos nomes dos membros da família Andrada. Antônio Carlos é o terceiro integrante da família com este nome. Da mesma forma, há uma repetição dos nomes na descendência de José Bonifácio e Martin Francisco, identificados como fundadores da família Andrada. A repetição dos nomes servem, assim, para manter o simbolismo da tradição familiar. Esse discurso da tradição da família é invocado para ressaltar as qualidades de Antônio Carlos. Essa menção ocorre não apenas por seus correligionários, mas nos discursos do próprio líder da Aliança Liberal. O nome Andrada representa a fibra e o vigor político do passado, que se mantém presente, como

³ José Bonifácio de Andrada e Silva (1763 - 1838) foi um destacado político e articulador do processo de emancipação do Brasil atuando conjuntamente a seus irmãos Martins Francisco Ribeiro de Andrada (1775 – 1844) e Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva (1773 – 1845).

elemento que pode assombrar os adversários, tamanho o peso da experiência que ele representa.

Da mesma forma, a oposição a Antônio Carlos também lança mão dos elementos da tradição para criticá-lo. No diário carioca *A Notícia*, publica-se a seguinte nota em 30 de agosto de 1929 (*apud* PEREIRA e FARIA: 1998: 349): “(...) Andrada... fim de raça. As tradições de insinceridade do primeiro Antônio Carlos fizeram escola para o atual Antônio Carlos. A história exige que não nos enganemos com **ele**”. A tradição é destacada pelos opositores sob um ponto de vista negativo. As referências do jornal ao “primeiro Antônio Carlos” no destaque às “tradições de insinceridade” se referem à ação de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, avô do biografado, que se opôs às ações de D. Pedro I na Constituinte de 1823, sendo preso e exilado por suas ações políticas. Contudo, a tradição funciona aqui, no discurso dos opositores, como fator negativo, que denigre as origens e a herança familiar. A tradição, presente no aspecto de repetição das características identificadas nos dois Andradas, é algo relevante para o presente, mas não como elemento a ser mantido e preservado. Antes, ela é apontada como algo negativo, que deve ser evitado ou superado pelo conhecimento da experiência passada.

As características psicológicas de Antônio Carlos também são identificadas com sua tradição e origem familiar. As referências à origem irlandesa de Antônio Carlos, no texto de Assis Chateaubriand, em 07 de setembro de 1930, data em que o Andrada deixava o cargo de Presidente de Minas (PEREIRA e FARIA, 1998: 384), mostram como sua atitude de revoltoso seria previamente explicada por sua origem genética, familiar e política. Segundo o texto de Chateaubriand: “Depois de viver 58 anos para um partido, ou para o Estado, Antônio Carlos, após a revolta do irlandês que trazia no sangue, passou a viver para a Nação”. O sangue irlandês herdado da bisavó materna é identificado como elemento motivador das ações de contestação políticas do político mineiro.

Mais que uma tradição familiar, Antônio Carlos faz parte de uma tradição política mineira. Como pertencente ao grupo social formado pelo povo de Minas, suas ações são pautadas pela consciência de pertencimento a um ambiente histórico-cultural singular (RAMALHO, 2014: 03). Essa tradição regional mineira, identificada como *Mineiridade*, busca a manutenção de suas definições elementares que podem ser identificadas, por exemplo, com a noção tradicional de família, a ideia de moralidade, os aspectos religiosos etc. Como agente político ele se vincula às idéias como o Liberalismo e o Conservadorismo.

Podemos identificar a presença dessas idéias nas referências às ações populares organizadas pela Aliança Liberal, presentes na narrativa biográfica. Quando ocorrem os

primeiros protestos populares, como contestação dos resultados das eleições presidências de 1930, que fomentaram o processo revolucionário posterior, os aliancistas enfatizavam que aqueles atos não eram “revolucionários”, insistindo que era um “ato legítimo, garantido pela Constituição” (PEREIRA e FARIA, 1998: 380). A legalidade era o elemento que distanciava as ações de protesto da característica de revolução. E seria essa mesma legalidade que justificaria ações mais efetivas, dentro de Minas Gerais, em defesa da liberdade. Dessa forma, a recusa da caracterização do movimento como revolucionário está ligada à perspectiva de manutenção dos aspectos tradicionais, identificados com a sociedade e a política mineira por meio do discurso da mineiridade. A alusão as tradições mineiras podem ser encontradas em pronunciamento de Antônio Carlos em 7 de agosto de 1929 (PEREIRA e FARIA: 1998: 349):

(...) Minas Gerais no passado sempre se ergueu, com o maior desassombro, contra o predomínio do poder pessoal no exercício do governo. A defesa da liberdade política nesse momento, cumpria a Minas, fiel de suas tradições, erguer-se contra as tentativas do poder presidencial usurpando a soberania nacional.

Dentro do discurso de Antônio Carlos encontram-se os elementos da tradição mineira de luta pela Liberdade. São estes elementos do discurso que estabelecem a ligação de Antônio Carlos com essa pretensa tradição mineira. Essa ideia também se apresenta, na narrativa biográfica, no relato das mortes de Raul Soares⁴ e Bernardo Monteiro⁵. A morte dos dois políticos, representantes da oligarquia que controlava o Estado desde a implantação do Regime Republicano em 1889, é apontada como a perda de homens ilustres e de grande importância, que precisavam ser substituídos (PEREIRA e FARIA: 1998: 263). Transparece assim a narrativa tradicional, onde a tradição política não pode ser interrompida. Se Antônio Carlos se relaciona à tradição familiar por suas origens, ele está ligado à tradição política pelas idéias e pela atuação em prol da manutenção de valores como o Liberalismo e o Conservadorismo, identificados com a defesa dos interesses de Minas Gerais perante as novas disputas da política nacional.

Segundo Pereira e Faria (1998: 381), Antônio Carlos era um Liberal Conservador, nunca um revolucionário. As definições, das autoras, para o conceito de Conservador como um não revolucionário, difere-se da definição de tradicionalista, apontado como um contra-

⁴ Raul Soares de Moura (1877 – 1924) teve papel importante na articulação da candidatura à presidência de Artur Bernardes em 1922. Ocupou o cargo de Presidente do Estado de Minas Gerais entre 1922 e 1924, morrendo no exercício da função. Ver: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. CPDOC e; Portal dos Senadores; www.senado.gov.br.

⁵ Bernardo Pinto Monteiro (1858 – 1924) foi deputado federal e Senador por Minas Gerais durante ao longo das décadas de 1900 e 1920. Ver: Portal dos Senadores; www.senado.gov.br.

revolucionário. Neste ponto, apesar de aludirem freqüentemente a aspectos tradicionais para a construção da narrativa biográfica sobre Antônio Carlos, as autoras negam que ele seja identificado com essa característica de tradicionalista. Essa perspectiva negativa da ideia de tradição é identificada com os grupos políticos que seriam incapazes de se adaptar às novas imposições da realidade. Dessa forma, Antônio Carlos, como um indivíduo que alude com freqüência à tradição familiar e da política do Estado para justificar suas ações, não é tradicionalista, mas conservador. Assim, se estabelece uma distinção entre dois modelos de tradição: uma, que se recusa a atualizar-se e busca manter de forma idêntica no presente os elementos do passado e; outra, que mantém seus elementos fundamentais, mas adapta-se à nova realidade.

O que identificamos é que, a despeito dessa negação das biógrafas da presença da perspectiva tradicionalista nos discursos de Antônio Carlos, tal ideia encontra-se presente em suas ações. As ações políticas da Aliança Liberal, nas quais ele se envolveu e que foram posteriormente identificadas como o ponto de partida da Revolução de 1930, são identificadas a um aspecto de manutenção do poder pelo grupo do qual ele fazia parte e que teve grande destaque político durante a Primeira República. Dessa forma, ele não pode ser considerado um Conservador, no sentido apontado pelas biógrafas, mas, sim, um tradicionalista, pois sempre se remete à tradição mineira, da autonomia do Estado, da luta por liberdade etc., para justificar as ações da Aliança Liberal por ele liderada. Por mais que a biografia aponte a capacidade de analisar e se adaptar às novas imposições políticas, as ações de Antônio Carlos se caracterizavam pela manutenção no poder do grupo ao qual ele pertencia.

A relação entre as novas imposições do presente e a manutenção de aspectos da tradição se concretizam na biografia como um dos problemas relacionados ao tempo, como apontado por Jörn Rüsen (2010: 63). A escrita biográfica se aproxima da ideia de ganho de tempo no sentido da eternidade, característico da narrativa tradicional, mas também com o aspecto de ganho de tempo no sentido da extensão espacial, característico do tipo exemplar. A narrativa biográfica representa a eternidade, no sentido de manter viva a memória sobre a atuação política de Antônio Carlos, mas também é ganho espacial, pois pretende expandir tal memória para além da família. Apesar de ser agente público importante na Primeira República, o silêncio sobre sua atuação impulsionou a busca da família pela manutenção, ou reconstrução, de tal memória. Isso pode ser exemplificado pela encomenda da obra biográfica e pela participação de integrantes da família Andrada na organização de textos e eventos ligados à preservação da memória de Antônio Carlos e da Revolução de 1930.

Foi se remetendo à tradição familiar, dos Andradas, e política, de Minas Gerais, que se construiu a imagem de Antônio Carlos para a posteridade. Mas para a afirmação dessa imagem, foram buscados, no tempo vivido pelo biografado, elementos que evidenciassem as formas como essa tradição era reconhecida por seus pares. Também neste sentido, as biógrafas apontam os possíveis significados do aposto “velho”, com o qual muitos dos contemporâneos de Antônio Carlos se referiam a ele. Não como referência apenas à idade, mas à sabedoria, à experiência, à respeitabilidade de seu nome (PEREIRA e FARIA: 1998: 383). Segundo Jacques Le Goff (1984: 371), os termos “antigo” e “moderno”, e suas derivações, como “velho” e “novo”, tem usos variáveis, podendo ser atribuído a eles um valor tanto positivo, quanto negativo, podendo estar ligado tanto à tradição e à honra, quanto à ideia de decrepitude (LE GOFF, 1984: 372).

Dessa forma, o que identificamos na análise da biografia de Antônio Carlos é que, assim como o uso do termo velho, remetendo à ideia de antiguidade e valorizando o aspecto da sabedoria, era usado por seus contemporâneos, a narrativa biográfica estabelece uma extrema valorização de seus atos políticos. Isso aponta para uma das características da escrita biográfica que, por não ter o objetivo de estabelecer uma problematização crítica acerca dos atos do biografado, valoriza ou justifica suas ações como corretas. Por meio da biografia busca-se restaurar ou manter a memória de um passado que não existe mais (NORA, 1993), atribuindo à narrativa um sentido nostálgico. Estes elementos se fazem presentes por meio da identificação de Antônio Carlos com a dupla noção de tradição, familiar e política, que confere sentido à sua biografia.

Referências bibliográficas:

ANDRADA, Antônio Carlos Ribeiro de. *A Palavra do Presidente Antônio Carlos na Campanha da Aliança Liberal*. Prefácio de Abílio Machado. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1930.

ANDRADA, Fábio (org.). Antônio Carlos: o Andrada da República. Juiz de Fora: Cia Dias Cardoso S.A, 1946.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (orgs.). *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC Rio, 2006.

LE GOFF. Antigo/ moderno. In: GIL, Fernando (coord.). *Enciclopédia Enaudi*. Vol. 1 [História e Memória]. [Lisboa]: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1984, p. 370 – 92.

NORA, Pierre. Entre a Memória e a História: a problemática dos lugares. Tradução: Yara Aun Khoury. *Projeto História*. São Paulo: 10, dez/1993, p. 07 – 28.

PEREIRA, Lúcia Maria Leite; FARIA, Maria Auxiliadora de. *Presidente Antônio Carlos: um Andrada da República; o arquiteto da Revolução de 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, 597 p.

RAMALHO, Walderez Simões Costa. Uma história da Mineiridade: o sentido “essencialista” de uma representação. *Anais do XIX Encontro Regional de História: Profissão Historiador, Formação e Mercado de Trabalho*. Juiz de Fora: 28 a 31 de Julho de 2014. Disponível em http://www.encontro2014.mg.anpuh.org/resources/anais/34/1398480269_ARQUIVO_Mineiridade-Walderez.pdf. Acessado em 22 de julho de 2015.

RUSEN, Jorn. Narrativa historia: fundamentos, tipos, razão. In: *Jorn Rusen e o Ensino de História*. Curitiba: UFPR, 2010.

SANDES, Noé Freire. A Memória Inconsútil: São Paulo, 1932. In: FREDRIGO, Fabiana de Souza; OLIVEIRA, Fabiane Costa; SALOMON, Marlon (orgs.). *Escritas da História: arte, cultura e memória*. Goiânia: UCG, 2009, pp. 179-197.

SANDES, Noé. O Jornalista Costa Rêgo e o Tempo Revolucionário (1930). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 28, nº 55, 2008, p. 41-62.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Moacir Henrique. *Dicionário de Conceitos Históricos*. 2ª edição. São Paulo: Contexto, 2009.

Endereço para correspondência:

Rua 404, Quadra H, Lote Área, Residencial Recanto Praças II, Apartamento 303, Bloco 2.
Setor Negrão de Lima, Goiânia – GO. CEP: 74.650-360.

Telefone:

062 82166220

062 91548761